



A UTILIZAÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS – UMA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Sara Luana Giacomini⁵ (IC)

Shalimar Calegari Zanatta¹ (PQ)

Marilene Mieko Yamamoto Pires² (PQ)

Vanda Maria Kramer³ (PQ)

Marcia Regina Royer⁴ (PQ)

Palavras Chave: Plantas medicinais, Educação Ambiental.

INTRODUÇÃO

A relação entre o uso de plantas com a saúde remonta a história da humanidade. A exemplo disto, Teofrasto, nascido em Ereso, em Lesbos, por volta de 371 a. C., publicou o “*Relato de plantas*” com cerca de 550 espécies e variedades onde já discutia os benefícios das ervas medicinais (RONAN, C. A., 1983).

De fato, é sabido que o sucesso das monumentais construções egípcias, as pirâmides (2.686 a 2.160 a.C.), só foram possíveis devido uma adequada alimentação do exército. Certamente foi um grande feito manter uma força de trabalho tão grande (com aproximadamente 100.000 operários) livre da disenteria, da cólera e do tifo, nas condições de higiene daquela época. Ao que tudo indica, eles ingeriam rabanete, alho e cebola, inibidores naturais das bactérias relacionadas com estas doenças. Os mesopotâmios também empregaram largamente as drogas produzidas a partir de ervas, mas, infelizmente é difícil identificar corretamente a droga prescrita para determinada doença. Não há dúvida que eles medicavam com ervas a hidropisia, a febre, a hérnia, a sarna e a lepra, bem como problemas de pele e outras afecções que atingiam o cabelo, a garganta, os pulmões e o estômago. Com maior ou menor repercussão, o fato é que o uso das plantas sempre esteve aliado aos hábitos da humanidade (RONAN, C. A., 1983).

⁵ Acadêmica do curso de Ciências Biológicas – bolsista do PIBIC

¹ Prof^a. Doutora, pesquisadora do Colegiado de Ciências Biológicas da UNESPAR, Campus de Paranavaí. Paranavaí- PR. shalicaza@yahoo.com.br

² Prof^a. Doutora, pesquisadora do Colegiado de Ciências Biológicas da UNESPAR, Campus de Paranavaí. Paranavaí – PR. mmypires@hotmail.com

³ Prof^a. Doutora, pesquisadora do Colegiado de Geografia da UNESPAR, Campus de Paranavaí. Paranavaí – PR. vdkramer@onda.com.br

⁴ Prof^a Doutora, pesquisadora do Colegiado de Ciências Biológicas da UNESPAR, Campus de Paranavaí. Paranavaí – PR. marciaroyer@yahoo.com.br



No Brasil, a migração de diferentes etnias e a riqueza da diversidade da flora brasileira fortaleceu essa prática com a difusão e o aprimoramento desse conhecimento empírico que foi transmitido de geração em geração (LORENZI e MATOS, 2002). O problema é que raramente a toxicidade ou os efeitos colaterais são considerados no âmbito do conhecimento popular. Então, numa tentativa de legitimar o tratamento pelas “drogas vegetais” a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a necessidade de investigar sistematicamente esse conhecimento popular, já que 80% da população mundial utilizam, através da folha, casca, raiz ou flor das plantas. Quando a droga vegetal é caracterizada pela sua eficácia, pelos riscos que oferece, assim como pela reprodutibilidade e constância de sua qualidade, ela pode ser definida como fitoterápico. Estima-se que os fitoterápicos movimentam 25% dos US\$ 8 bilhões de faturamento da indústria farmacêutica brasileira (GUERRA e NODARI, 2003). Considera-se também que as vendas nesse setor crescem 10% ao ano, com estimativa de terem alcançado a cifra de US\$ 550 milhões no ano de 2001. Assim, salienta-se que é evidente a necessidade do conhecimento científico em torno das plantas medicinais, porém não menos importante, é a divulgação dos resultados para a população.

Nesse sentido, a primeira ação governamental foi a criação da Central de Medicamentos (CEME), instituída no Governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, como órgão vinculado diretamente à Presidência da República, pelo Decreto nº 68.806, de 25 de junho de 1971. No entanto, apesar das contribuições do desenvolvimento da pesquisa em plantas medicinais, atribuídas ao CEME, em 1997, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso a CEME foi desativada. Em 1982 foi criado o Programa de Pesquisas de Plantas Medicinais (PPPM) que quebrou paradigmas, por ter sido a primeira iniciativa pública brasileira a financiar projetos de pesquisa em plantas medicinais. Como resultado final, foram investigadas aproximadamente 46 espécies vegetais entre as 74 selecionadas pelo Programa (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – SEÇÃO 1; RESOLUÇÃO – RDC Nº 10 DE 9 DE MARÇO DE 2010 p.52 e ANEXO I).

O PPPM priorizou estudos que avaliassem farmacologicamente e toxicologicamente o extrato bruto da planta em sua forma tradicional de uso, ou seja, sem se preocupar primeiramente com o isolamento ou a caracterização dos componentes químicos presentes no vegetal, o que significou dizer que os ensaios farmacológicos e toxicológicos foram planejados para investigar se a atividade terapêutica atribuída, na forma utilizada pela população, realmente existia ou não e se a toxicidade da planta permitia seu uso sem riscos nas doses usuais. No entanto, observou-se uma grande vacância na divulgação dos resultados e na falta de organização dos mesmos. Só então, no dia 10 de março de 2010, a ANVISA publicou no diário oficial da União – seção 1 – nº 46 a resolução RCD nº 10, a regulamentação da produção, comercialização, distribuição e uso de plantas medicinais de acordo com os resultados científicos. No anexo I, desta resolução encontramos indicações, contra indicações, efeitos adversos, posologia e modo de utilização de 66 plantas medicinais com eficácia comprovada.



EFEITOS NOCIVOS DAS PLANTAS MEDICINAIS

As plantas medicinais não são inofensivas, como muitos acreditam e, várias são as consequências e efeitos colaterais para quem as usa de modo incorreto, podendo ser, muitas vezes, pior do que a doença tratada.

A arnica, usada para tratar traumas, contusões e hematomas, pode provocar reações alérgicas como necrose e, se utilizada por um período superior a 7 dias, pode provocar dermatite de contato, formar vesículas e eczemas. A erva-cidreira, utilizada para cólicas e insônia, se a dose for excedida, poderá causar irritação gástrica e queda de pressão. E ainda o guaco, usado para tratar bronquite, gripes e resfriados, pode interferir na coagulação sanguínea, e doses acima da recomendada podem causar vômitos e diarreia.

Levar ao conhecimento da população o uso correto das plantas medicinais de acordo com os resultados de pesquisas constitui um importante eixo para a educação ambiental. Este trabalho tem como objetivo identificar quais as plantas utilizadas pelos moradores do município de Paranaíba (Estado do Paraná), e correlacionar o modo de uso e indicação com os apresentados pela ANVISA.

METODOLOGIA

A escola é um espaço que funciona como agente multiplicador. Esclarecer aos alunos sobre os efeitos colaterais das drogas vegetais e ensiná-los a utilizá-las com respeito ao meio ambiente, que é responsável pela nossa sobrevivência e bem estar, pode ser uma ação integradora da educação da educação ambiental com outros temas de interesse, como biologia, geografia, história, química, etc.

INDICAÇÃO E MODO DE USAR DE ALGUMAS PLANTAS MEDICINAIS

Camomila: indicada para cólicas intestinais e quadros leves de ansiedade, deve ser preparada por infusão, que consiste em emergir a planta utilizada na água e ferver.

Colocar 1 colher de sopa de camomila em 150mL de água.

Poejo: usado para afecções respiratórias, estimulante de apetite, perturbações digestivas, cálculos biliares, entre outros, e deve ser preparado por infusão. Colocar 1 colher de sobremesa em 150mL de água. Tomar de 2 a 3 vezes ao dia, durante ou após as refeições.



Alecrim: utilizado para distúrbios digestivos e deve ser preparado por infusão. Colocar de 1 a 2 colheres em 150mL de água. Tomar entre 1 a 2 xícaras de chá ao dia.

Sene: usado para constipação intestinal, deve ser usado por decoção, processo onde a erva é fervida junto com a água. Colocar 1 colher de café em 150mL de água. Tomar uma xícara antes de dormir.

Gengibre: pode ser usado para tratar de enjoo, náusea e vômito durante a gravidez e dispepsias em geral, deve ser preparado por decoção. Colocar entre 1 a 2 colheres de café em 150mL de água. Tomar 1 xícara, 2 a 4 vezes ao dia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Espera-se que o conhecimento e o adequado aproveitamento das plantas medicinais possam desenvolver o respeito à flora e conseqüentemente à fauna brasileira num processo de ampliação da Educação Ambiental. O respeito é o resultado do conhecimento. Conhecer a potencialidade das plantas para a saúde humana conduzirá a uma nova consciência ambiental de respeito ao meio ambiente que atua como suporte para a sustentação da vida no planeta.

REFERÊNCIAS

RONAN, Colin A., História Ilustrada da Ciência. Volume I, Rio de Janeiro, RJ: Editora Jorge Zahar Editor Ltda, 1983.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. RESOLUÇÃO RDC DE 9 DE MARÇO DE 2010. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>> pelo código 00012010031000052. Acesso em: 12 de março de 2013.

BONTEMPO, Marcio. Novo Manual de Medicina Natural. São Paulo, S.P., Editora Rideel, 2009.

Ministério da Saúde. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, 2006.

TAUFNER C.F., FERRAÇO E.B. e RIBEIRO L.F. Uso de Plantas Medicinais como Alternativa Fitoterápica nas Unidades de Saúde Pública de Santa Teresa e Marilândia. ES. Natureza online <<http://www.naturezaonline.com.br>>. Acesso em: 14 de março de 2013.